

Cartilha de práticas pedagógicas

SOCIOLOGIA
Ensino Médio

Horizontes compartilhados: Sociologia e a Temática étnico-racial no Ensino Médio

**BRUNO VILAS BOAS BISPO
RAFAELA SANTIAGO LOBO**

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

Cartilha de práticas pedagógicas

SOCIOLOGIA
Ensino Médio

Horizontes compartilhados: Sociologia e a temática étnico-racial no Ensino Médio

BRUNO VILAS BOAS BISPO
RAFAELA SANTIAGO LOBO

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BU**CO
ESTADO DE MUDANÇA

Equipe Técnica

SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - SEDE
Tarcia Regina da Silva

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E INOVAÇÃO PEDAGÓGICA - SUPEFI
Rodrigo César Barroncas Silva

PRODUÇÃO EDITORIAL
Companhia Editora de Pernambuco - Cepe

SOBRE OS AUTORES

Bruno Vilas Boas Bispo: Professor Adjunto na UPE, graduado em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela UFBA, com mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais na mesma instituição. Com experiência na rede básica de Ensino e na Formação de Professores na Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. Sua pesquisa está concentrada nas seguintes áreas: sociologia da arte, cinema, utopia, emancipação e movimentos sociais.

Rafaela Santiago Lobo: Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFBA e Licenciada em Ciências Sociais pela mesma universidade. Com experiência na rede básica de ensino na Bahia. Sua pesquisa está concentrada nas seguintes áreas: sociologia da arte, cinema, sociologia urbana, gênero e relações raciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bispo, Bruno Vilas Boas
Horizontes compartilhados : sociologia e a
temática étnico-racial no ensino médio / Bruno Vilas
Boas Bispo, Rafaela Santiago Lobo. -- Recife, PE :
Secretaria de Educação e Esportes, 2024. -- (Cartilha
de práticas pedagógicas. Sociologia : ensino médio)

Bibliografia.
ISBN 978-65-85999-05-2

1. Diversidade cultural 2. Sociologia (Ensino
médio) 3. Relações étnico-raciais 4. Teoria social
I. Lobo, Rafaela Santiago. II. Título. III. Série.

24-199310

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia : Ensino médio 301

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Impresso no Brasil 2024
Foi feito o depósito legal

Sumário

Para início de conversa	4
Capítulo 1	
Teoria social e relações étnico-raciais	5
Capítulo 2	
Sociologia da Educação e relações étnico-raciais	8
Capítulo 3	
A racialização das desigualdades sociais no Brasil	11
Capítulo 4	
Teoria Social Brasileira sob uma perspectiva racializada	14
4.1 Florestan Fernandes	15
4.2 Guerreiro Ramos	15
4.3 Clóvis Moura	15
4.4 Lélia González	15
4.5 Luiza Bairros	16
Capítulo 5	
A questão indígena no Brasil	17
Capítulo 6	
Identidade e diversidade cultural	20
Capítulo 7	
Sugestões de metodologias didáticas	23
7.1 Analisando o filme <i>Como era gostoso o meu francês</i> ...	23
7.2 Corrida do privilégio	25
7.3 Vozes da comunidade: mapeando experiências raciais em nossa escola	26
7.4 Perfis de intelectuais em redes sociais	28
Considerações finais	29
Referências bibliográficas	30

Para início de conversa

A escola é um espaço fundamental de socialização das sociedades modernas. Por um lado, a educação carrega o potencial de uma ferramenta poderosa na construção de uma sociedade mais justa e igualitária; por outro, tem sido historicamente um espaço privilegiado de reprodução de desigualdades e preconceitos. A integração da temática étnico-racial no currículo de Sociologia representa uma oportunidade de promover o entendimento, a empatia e o respeito pela diversidade, assim como a “desnaturalização” da vida social, qual seja, do entendimento que os fenômenos sociais estão inseridos no devir histórico e são dinâmicos e mutáveis.

Refletir sobre as questões étnico-raciais envolve o esforço de não elaborar uma narrativa determinista sobre os grupos subalternizados, evitando reforçar os estereótipos de pessoas negras, indígenas, ciganas, entre outros grupos; de modo que os povos e suas identidades sejam reconhecidas também por suas contribuições à humanidade e suas potências em geral, não relegando-os à sua condição histórica de povos que foram escravizados ou tratados como seres socialmente inferiores.

Este material didático visa fornecer aos professores e professoras recursos complementares para abordar a temática étnico-racial de maneira construtiva e significativa, alinhada aos princípios e conceitos fundamentais da Sociologia e das diretrizes curriculares do estado de Pernambuco. Buscamos, sempre que pudemos, extrapolar o papel com recursos adicionais, através de QR Codes. Desejamos uma boa jornada a vocês.



1

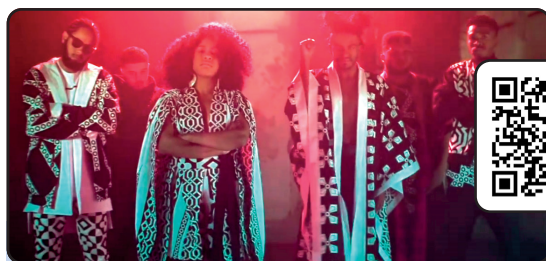
Teoria social e relações étnico-raciais

Um dos aspectos específicos da Sociologia é a sua relação com o seu objeto de estudo. Enquanto a cisão entre sujeito e objeto na maior parte das ciências modernas é bem estabelecida, nas Ciências Humanas em geral e na Sociologia em particular essa fronteira é menos delimitada, com alguma turbidez. A pessoa que produz conhecimento sobre a sociedade é, ela própria, parte da sociedade, relativamente determinada por aquela.

O contexto social de produção do conhecimento sociológico, antropológico e político interfere de maneira direta ou indireta no conteúdo da sua produção. Isso faz com que identifiquemos na produção sociológica não somente o acúmulo técnico da sua produção científica, mas, junto a isso, alguns indicadores de seu próprio contexto de produção.

Assim, faz-se necessário pensarmos criticamente a nossa práxis pedagógica e as teorias ensinadas, entendendo suas potências e limitações a partir dos contextos específicos de seu desenvolvimento e difusão. Nossa área de conhecimento não está isenta dessas influências, ainda que não possamos reduzi-la a isso. Por outro lado, uma das características de toda construção científica é a postura crítica de quem a produz.

No decorrer do século XX, a ascensão e queda da União Soviética (URSS), e a Segunda Guerra mundial alteraram consideravelmente o panorama geopolítico



Clipe oficial de *Mandume* de Emicida, com participação de Drik Barbosa, Amiri, Rico Dalasam, Muzzike e Raphão Alaafin. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mC_vrzqYfQc



FALA PESQUISADOR/A

“Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais” (Almeida, 2019).



PARA SABER MAIS

Sobre Racismo Estrutural.

<https://www.youtube.com/watch?v=PD4Ew5DIGrU>



mundial. Após a grande crise econômica dos países europeus, criou-se um ambiente em que intelectuais revolucionários, como Che Guevara e Frantz Fanon, não somente tenham pego em armas para alterar a realidade política que os rodeava, mas que também tenham produzido conhecimento sobre essas dinâmicas políticas e sociais em que intervieram.

Nesse contexto, intelectuais de todo o mundo se deram conta dos potenciais danos do eurocentrismo, a partir de distintas perspectivas teóricas, potencializando vozes que já vinham denunciando isso desde muito tempo atrás, como, por exemplo, o martinicano Du Bois (2020).

Nesse movimento de crítica interna das ciências humanas e deslocamento do conhecimento de forma centrífuga em relação à perspectiva eurocêntrica, as ciências sociais desenvolveram diversas análises.

Uma delas é a abordagem decolonial do pensamento, que entende a herança da relação colonial na fundação e manutenção da estrutura social capitalista contemporânea, de forma a apontar uma relação imbricada entre a modernidade e a colonialidade. Assim, mesmo que as relações formais entre metrópole e colônia tenham se extinto formalmente, na prática, aspectos de colonialidade teriam permanecido.

A colonialidade do saber refere-se à maneira como o conhecimento e as formas de entender o mundo foram moldados e dominados por perspectivas eurocêntricas desde a colonização. Este conceito, intimamente ligado à colonialidade do poder, argumenta que as formas de conhecimen-

to, epistemologias e metodologias desenvolvidas no contexto europeu não apenas se estabeleceram como universais, mas também marginalizaram e desvalorizaram outras formas de conhecimento, especialmente aquelas originárias de sociedades não ocidentais. Isso resultaria em uma hierarquia global de conhecimento que privilegia as perspectivas ocidentais e perpetua as desigualdades sociais e culturais herdadas do colonialismo.

Essa crítica envolve um questionamento profundo das bases epistemológicas das Ciências Sociais e a busca por uma maior inclusão de perspectivas não ocidentais. Isso implica reconhecer a pluralidade de saberes e a necessidade de descolonizar o conhecimento, valorizando as epistemologias que emergem das experiências históricas e culturais de povos que foram subjugados violentamente pelo colonialismo europeu. Assim, ao lermos os teóricos da sociologia, se faz premente a observação de seus aspectos eurocêntricos, assim como a valorização das contribuições de intelectuais ao redor do mundo que tendem a não alcançar o devido reconhecimento por não terem suas trajetórias validadas pelas instituições canônicas ocidentais, especialmente as europeias e estadunidenses.



FALA PESQUISADOR/A

Trecho de *Discurso sobre o colonialismo*, de Aimé Césaire.
<https://www.youtube.com/watch?v=bTgcQAnST18>



ISSO É MASSA!

Conferência *Atravessando o tempo e construindo o futuro da luta contra o racismo*, proferida por Ângela Davis, em 25/07/2017, na UFBA.

<https://www.youtube.com/watch?v=waCyuZZap9I>



2

Sociologia da Educação e relações étnico-raciais



Consideramos que uma educação para a autonomia deve se iniciar com a reflexão da comunidade escolar sobre essa instituição social, seja como atividade autorreflexiva da instituição escolar como um todo, seja como componente curricular de Sociologia na sala de aula.

Acreditamos que a autorreflexão coletiva entre discentes, docentes, familiares, merendeiras, vigilantes, coordenação pedagógica sobre o que

significa a educação e a escola não somente é aspecto a ser trazido na discussão curricular sobre a escola em sala de aula, mas em todos os espaços de construção de uma escola que se pretende democrática.

O francês Durkheim (2013), mesmo sob as limitações do positivismo a que ele se filiou, identificou uma série de aspectos inerentes à educação enquanto fenômeno social. Ele enfatizou que o sistema educacional e seu conteúdo são determinados pela sociedade e sua estrutura e argumentou que a educação reflete as necessidades e valores da sociedade em que está inserida.

Durkheim defendia que uma das principais funções da educação é a socialização das novas gerações. E a escola desempenha um papel crucial neste processo, transmitindo conhecimentos e habilidades, mas também a moral e a coesão social. Assim, o autor acreditava que o sistema educacional reflete a organização e os

valores da sociedade. Isso significa que mudanças na estrutura social levariam a mudanças na educação.

Os sociólogos Bourdieu e Passeron (1982) identificam na instituição escolar um processo ativo de violência da classe dominante através dos sistemas de ensino. Eles formularam o conceito de violência simbólica para explicar como as normas e valores da classe dominante são impostas de maneira aparentemente consensual, mas na verdade servem para perpetuar a dominação de classe. Os autores argumentam que o sistema educacional desempenha um papel crucial na reprodução das estruturas de poder e desigualdade na sociedade, através da transmissão e legitimação do capital cultural das classes dominantes.

A formação do Estado e do sistema educacional no Brasil têm influência direta dos modelos de estado e sociedade europeus. No entanto, enquanto o processo de modernização europeu se deu entre colonizadores, o processo de modernização brasileiro se insere em um contexto de subalternização na relação colonial. Assim, a leitura que podemos fazer dos teóricos franceses supracitados carece de uma adaptação à nossa realidade.

Se por um lado a reflexão sobre a racialidade na educação demorou a adentrar a discussão institucional no nosso país, por outro, temos cada vez mais pesquisadoras e pesquisadores se debruçando sobre o tema. Em suma, as pessoas não brancas encontraram imensa dificuldade em exercer o direito constitucional de frequentar a escola. Por isso, apesar da influência das culturas negras e indígenas em nosso país, o que se destacava era a exclusão desses segmentos da educação formal, seja enquanto corpo da comunidade escolar, à exceção de funções subalternizadas, seja como referência bibliográfica.

A educação é um dos fatores determinantes para o acesso a oportunidades, rendimentos do trabalho, status ocupacional e mobilidade social nas sociedades democráticas. Apesar da expansão e democratização do ensino superior no Brasil desde os anos 2000, as desigualdades de acesso com base em características socioeconômicas, incluindo classe social, gênero e cor ou raça, permanecem elevadas. Essas desigualdades limitam a mobilidade social e perpetuam as disparidades no mercado de trabalho (IBGE, 2022).



PARA REFLETIR...

O percentual da população com ensino superior completo saltou de 17,5% em 2019 para 19,2% em 2022. No entanto, nota-se novamente realidades distintas no recorte por cor ou raça: enquanto 60,7% dos brancos com pelo menos 25 anos haviam finalizado o ensino médio, entre os pretos e pardos essa taxa foi de 47% (Gomes e Ferreira, 2023)

[https://agenciadenoticias.
ibge.gov.br/agencia-
noticias/2012-
agencia-de-noticias/
noticias/37089-em-2022-
analfabetismo-cai-mas-
continua-mais-alto-
entre-idosos-pretos-e-
pardos-e-no-nordeste](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste)



A pandemia da Covid-19 exacerbou essas disparidades, criando condições desiguais de estudo à distância e levando muitos estudantes vulneráveis a desistir de concorrer a uma vaga no ensino superior. A suspensão das aulas presenciais afetou desproporcionalmente os alunos da rede pública, estudantes com menor renda, e, principalmente, aqueles de cor ou raça preta ou parda, moradores da zona rural e das regiões Norte e Nordeste do Brasil. O que impactou negativamente a continuidade da educação desses estudantes durante a pandemia. Além disso, a pandemia interrompeu a tendência de democratização do perfil dos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio ENEM, com uma redução no total de inscritos e uma queda na proporção de participantes pretos ou pardos de 2019 a 2021 (IPEA, 2023; IBGE, 2022).

As desigualdades educacionais por cor ou raça no Brasil são profundas e multifacetadas, afetando o acesso ao ensino superior, a experiência educacional durante a pandemia e, posteriormente, as oportunidades no mercado de trabalho.



PARA REFLETIR...



Qual boneco é mau? Este.

Uma pesquisa no México replicou um experimento feito anteriormente nos EUA em que crianças são expostas a bonecas brancas e negras e respondem a perguntas de entrevistadores.

<https://www.youtube.com/watch?v=Sq4z2Vq2K1w>

3

A racialização das desigualdades sociais no Brasil

A desigualdade social entre pessoas racializadas e não racializadas no Brasil é multifacetada e profundamente enraizada em vários aspectos da sociedade. Essas desigualdades são evidentes em diversas dimensões. Além da educação, mencionada no capítulo anterior, podemos destacar a renda, a exposição a situações de violência e participação política, entre outras, refletindo disparidades históricas e sistêmicas.

Pessoas racializadas, especialmente pretas e pardas, enfrentam significativas desigualdades no mercado de trabalho, incluindo taxas mais altas de desemprego, maior informalidade e rendimentos inferiores em comparação com pessoas brancas. Essas disparidades limitam a capacidade de acumulação de patrimônio e acesso a melhores condições de vida.

Não obstante, pessoas racializadas são desproporcionalmente afetadas pela violência, incluindo taxas mais altas de homicídios. Homens jovens pretos e pardos são particularmente vulneráveis à violência letal, refletindo desigualdades raciais profundas na segurança pública e justiça criminal.

A representação política de pessoas racializadas é significativamente menor do que a de pessoas brancas, tanto em cargos eletivos quanto em políticas de combate ao racismo. Isso limita a capacidade de pessoas racializadas influenciarem políticas públicas e promoverem mudanças que abordem as desigualdades raciais.

Desigualdades raciais também são evidentes nas condições de moradia,

Racionais - A vida é desafio - Nada como um dia após o outro dia (Chora agora).
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wb3rvC6z5ao>



com pessoas racializadas mais propensas a viver em moradias informais, sem documentação de propriedade e com acesso limitado a serviços básicos de saneamento, o que afeta a qualidade de vida e o valor patrimonial de suas residências.

A desigualdade no acesso ao financiamento de campanhas eleitorais reflete e perpetua a sub-representação política de pessoas racializadas, limitando suas chances de eleição e, conseqüentemente, sua capacidade de influenciar políticas públicas. Desta forma, existem muito menos candidatas e candidatos negros e indígenas aos diversos cargos eletivos da nossa democracia.

Essas desigualdades são interconectadas e reforçam-se mutuamente, criando um ciclo de desvantagem que afeta gerações. Abordar essas desigualdades requer um compromisso contínuo com políticas públicas inclusivas e esforços direcionados para garantir igualdade de oportunidades e justiça para todos os cidadãos, independentemente de sua cor, raça ou etnia.

Dados de 2022 apontam que a renda média do trabalhador branco é 75,7% maior que de trabalhadores pretos. Brancos também enfrentam menor desemprego, menor taxa de informalidade no trabalho, e compõe parcela minoritária da população abaixo da linha da pobreza.

Na outra ponta da concentração de renda, podemos observar que pessoas pretas ou pardas têm somente 19,0% das propriedades de grandes estabelecimentos agropecuários (mais de 10 mil hectares), enquanto pessoas brancas acumulam 79,1% dessas propriedades no país.

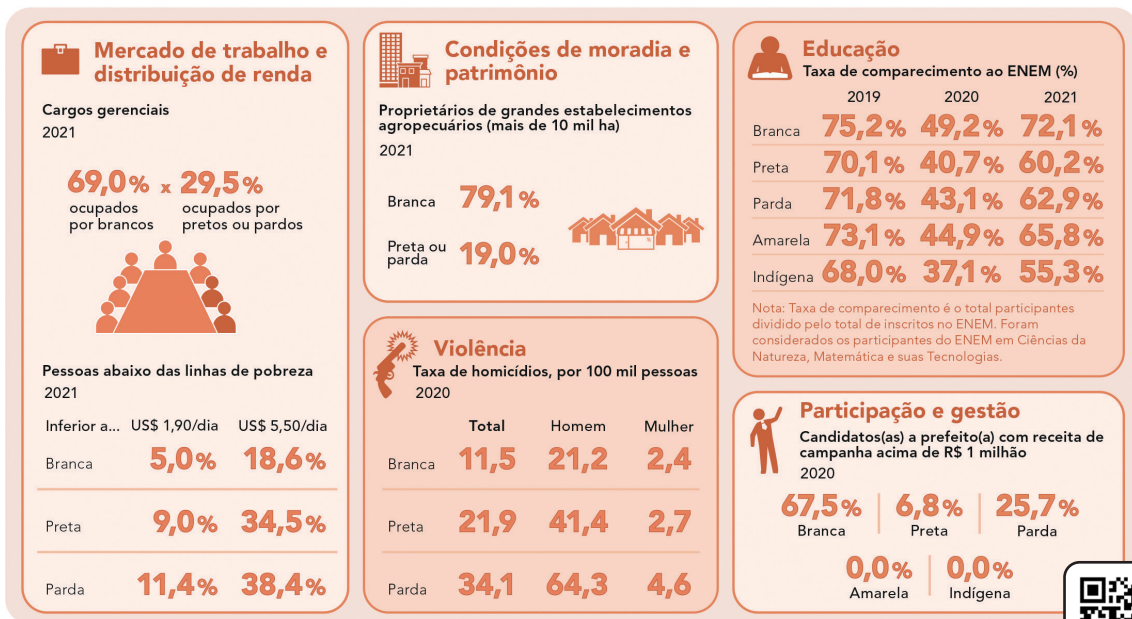
Tais desigualdades se expressam também em diversos índices que dialogam com as taxas de morte por homicídio, na participação na gestão pública e na ocupação de cargos eletivos do Estado e no acesso à educação de qualidade.

Tais aspectos se expressam no acesso às políticas de saúde e diminuição da expectativa de vida, o que pode ser observado na imensa discrepância de dados de mortes por Covid-19, por exemplo. No caso da saúde da mulher negra observa-se que a mortalidade materna e o número de internações por aborto são os índices mais expressivos: 65,9% das mortes maternas ocorrem entre mulheres negras.



FALA PESQUISADOR/A

Em um sistema efetivamente democrático, minorias, como os indígenas, teriam que fazer parte dos parlamentos para que seus interesses e anseios fossem realmente ouvidos, em um verdadeiro espírito multicultural. Essa falta de representação indígena só agrava um processo histórico de exclusão e segregação social. (Dornelles & Veronese, 2018, p.53)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.
Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf



Essa desigualdade abissal que envolve o aspecto racial no Brasil não é mero acaso, mas resultado da nossa formação. É importante ressaltarmos que a escola teve e tem papel importante nesse processo histórico de manutenção das desigualdades.

PARA SABER MAIS

IPEA (2021) - Atlas da Violência 2021
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/212/atlas-da-violencia-2021>

IPEA (2021) - Desigualdades raciais e de renda no acesso à saúde
https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11454/1/td_desigualdades_raciais_renda_publicacao_preliminar.pdf



4

Teoria Social Brasileira sob uma perspectiva racializada

A teoria social brasileira, rica e diversificada, é marcada pela contribuição de vários teóricos que se destacaram por suas análises críticas e reflexões sobre a sociedade, cultura, política e economia do Brasil.

Gilberto Freyre investiga a formação da sociedade brasileira através da miscigenação de indígenas, africanos e europeus, com destaque para a influência das relações sociais durante o período colonial. Sérgio Buarque de Holanda introduziu o conceito de “homem cordial” para descrever a personalidade social brasileira. Caio Prado Júnior adotou uma abordagem marxista para interpretar

a história brasileira, enquanto Darcy Ribeiro explorou a formação étnica e cultural do Brasil propondo a teoria do “povo novo”. Roberto da Matta analisa a sociedade brasileira, destacando aspectos como relações sociais, identidade e cultura. Esses teóricos contribuíram para a compreensão da complexidade da sociedade brasilei-

ra, oferecendo perspectivas que refletem os desafios e particularidades do contexto histórico, social e cultural do país.

No entanto, a maior parte das nossas discussões carecem do aporte de intelectuais negras e negros que nos deram uma perspectiva interpretativa potente da nossa sociedade. Pretendemos, aqui, dar ênfase a algumas contribuições de cientistas sociais para o entendimento da realidade brasileira a partir das análises que dão ênfase às questões raciais.



Salve as Folhas (Maria Bethânia - Brasileirinho)
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PoHXiJlu7cw>

4.1 Florestan Fernandes

Florestan Fernandes desenvolveu sua pesquisa num período em que o Brasil passava por intensas transformações sociais, econômicas e políticas. O autor desafia a noção de que o Brasil seria uma “democracia racial”, onde a miscigenação teria levado a uma igualdade racial. A pesquisa de Fernandes é notável pela sua rigorosa abordagem empírica, combinando análise histórica, dados estatísticos e estudos de caso. Essa metodologia permitiu uma compreensão profunda das dinâmicas sociais e das relações raciais no Brasil. O livro *A integração do negro na sociedade de classes* (1965) teve um impacto profundo nos estudos sobre raça e desigualdade no Brasil e na América Latina. A contribuição de Florestan Fernandes com esta obra foi fundamental para desvendar a complexidade das relações raciais no Brasil, mostrando como as desigualdades são reproduzidas e mantidas mesmo em uma sociedade que se pretende meritocrática e igualitária.

4.2 Guerreiro Ramos

Em sua proposta de “redução sociológica”, Guerreiro Ramos sugere uma abordagem que busca desvencilhar a teoria social de preconceitos e perspectivas etnocêntricas. O autor critica o eurocentrismo na teoria social e na administração, o que pode ser extrapolado para uma crítica à forma como as estruturas estatais e políticas no Brasil foram moldadas por concepções europeias, muitas vezes desconsiderando as realidades locais, incluindo questões raciais e culturais. Essa crítica é fundamental para entender como as políticas e as estruturas estatais podem perpetuar desigualdades raciais, ao ignorar as especificidades e as necessidades da população negra e indígena do país.

4.3 Clóvis Moura

Clóvis Moura aborda a questão racial a partir de uma perspectiva crítica, destacando o papel ativo dos negros na história e na sociedade brasileira. Moura critica o racismo institucionalizado e o eurocentrismo na historiografia e na Sociologia



VOCÊ SABIA?

Em 2023 foi instituído o Estatuto da Igualdade Racial em Pernambuco, através da Lei Nº 18.202, de 12 de junho de 2023. Mesmo tendo mais de 66% da sua população declarada negra ou parda, Pernambuco era um dos poucos estados sem uma legislação específica.

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/06/12/lei-que-cria-estatuto-da-igualdade-racial-em-pernambuco-e-sancionada-entenda-o-que-preve-a-norma.ghtml>



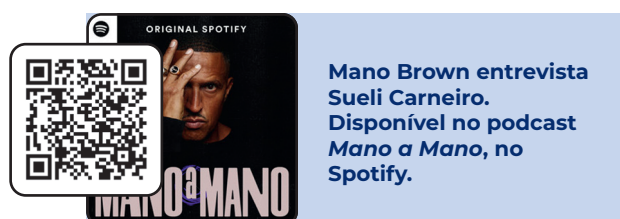
brasileiras. Ele desenvolve ainda o conceito de “dependência racial”, que analisa como as estruturas de poder e as relações sociais no Brasil foram construídas sobre bases raciais, perpetuando a desigualdade e a exclusão dos negros. Em obras como *Rebeliões da senzala* (1959), *Sociologia do negro brasileiro* (1988) e *Dialética radical do Brasil negro* (1994) o autor aprofunda sua análise sobre a contribuição dos negros na formação social, econômica e cultural do Brasil e aborda temas como a marginalização, o racismo estrutural e as formas de resistência cultural e política.

4.4 Lélia González

Lélia González investigou como o caráter triplo da discriminação que recai sobre as mulheres negras interfere na forma como essas são inseridas na sociedade. A autora aponta o mito da democracia racial como uma ferramenta eficaz de dominação ideológica, que projeta, no imaginário brasileiro, a ideia falsa de uma igualdade de direitos legais e institucionais, quando, na verdade, existe uma hierarquização racial da sociedade que discrimina e estigmatiza pessoas não brancas, afastando-as das oportunidades de ascensão social. No livro *Por um feminismo afrolatinoamericano* (1988) Gonzales destaca o contexto histórico cultural da América Latina, para ela é necessário reconhecer a especificidade da natureza do patriarcalismo experienciado por mulheres negras e indígenas de países com passado colonial. A autora propõe um debate feminista que acolha a diversidade étnico cultural das mulheres ameríndias e amefricanas, deslocando-as da margem para o centro da investigação.

4.5 Luiza Bairros

Luiza Bairros (1953–2016) foi pioneira na aplicação do conceito de interseccionalidade no Brasil, analisando como raça, gênero e classe social se entrelaçam para criar formas complexas de discriminação e desigualdade. Ela destacou a necessidade de abordar essas questões de maneira integrada, especialmente no que diz respeito às políticas públicas. A intelectual não apenas contribuiu com reflexões teóricas, mas também esteve diretamente envolvida na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e de gênero.



5

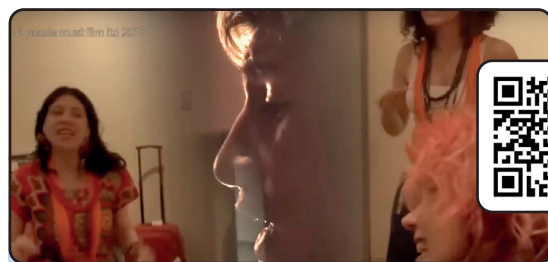
A questão indígena no Brasil

Os povos originários foram, desde sempre, agentes ativos na história do Brasil. Desde os primeiros contatos com os colonizadores eles empreendem estratégias de resistência à dominação que reconfiguram-se às diferentes administrações governamentais.

Nas teorias antropológicas dos séculos XIX e XX, prevaleceu a concepção de aculturação das comunidades indígenas como um processo de perda das características culturais tradicionais em favor da assimilação dos indivíduos à sociedade industrializada. A partir da década de 1970, interpretações menos fatalistas do fenômeno passaram a surgir, entendendo a aculturação como um movimento natural do contato entre culturas. Nessa perspectiva, a aculturação é vista como um processo de intercâmbio de conhecimentos, costumes e tecnologias entre diferentes modos de vida que se influenciam mutuamente.

O Art. 231 da Constituição estabelece que as comunidades indígenas constituem-se em sujeitos coletivos de direitos coletivos. Esse movimento de afirmação dos direitos constitucionais das comunidades indígenas resultou em um aumento significativo na autoidentificação desses grupos.

A identidade indígena considera a presença de ascendência pré-colombiana e a pertença a um grupo étnico distintivo em relação à sociedade nacional. Além disso, Viveiro de Castro explica que a referência indígena não é um atributo individual, mas um movimento coletivo e define: “Índio é qualquer membro de uma comunidade



OWERÁ - Guarani Kaiowá (Official Video).
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qf93m-on65w>



ISSO É MASSA!

Dados de satélite mostram que territórios indígenas formam uma espécie de barreira contra o desmatamento no Brasil, contribuindo para a preservação das florestas.

<https://brasil.mapbiomas.org/2022/04/19/terras-indigenas-contribuem-para-a-preservacao-das-florestas/>



indígena, reconhecido por ela como tal.” (Castro, apud. ISA, 2006.)

Ou seja, o indivíduo indígena é considerado assim por ser membro de uma comunidade indígena e reconhecido por ela como tal. O autor também chama atenção para a importância dos conhecimentos tradicionais produzidos e disseminados pelos povos originários no atual cenário de crise causada pela exploração desenfreada dos recursos naturais do planeta.

Os modos de vida tradicionais das comunidades indígenas estabelecem

uma conexão particular com o território. Um estudo conduzido pela organização MapBiomas revela que, entre 1985 e 2020, as áreas de floresta mais conservadas coincidiram com as terras indígenas, tanto aquelas já demarcadas quanto as que lutam por demarcação (IPAM, 2021).

Ailton Krenak, liderança indígena, filósofo e escritor, critica uma noção de humanidade que não se estende para todos os povos e exclui, principalmente, aqueles que não correspondem aos ideais eurocêntricos do capitalismo moderno (Campos e Krenak, 2021). Nos últimos anos, com o recrudescimento do autoritarismo, esses povos enfrentaram múltiplas violações de direitos humanos, como o caso das comunidades Yanomamis que vivem no extremo norte da Amazônia e sofrem com a prática ilegal do garimpo que destrói a floresta, contamina o solo e diminui a oferta de alimentos na região. Nesse sentido, assegurar os direitos originários de permanência nas terras tradicionalmente ocupadas significa também salvaguardar o modo de vida, o meio ambiente e a reprodução social e cultural desses grupos.

A utilização generalizada do termo “índio” foi uma forma de classificar os povos que habitavam o território brasileiro antes da colonização. Essa designação é limitante e não considera a forma como essas comunidades eram diversificadas entre si. Segundo o IBGE, em 2022 o número de indígenas no Brasil era de 1.693.535 pessoas, o que corresponde a 0,83% da população total. Só em Pernambuco, estado que possui a quarta maior população indígena do

país, existem pelo menos dez etnias que vivem no Agreste e Sertão. São elas: Truká; Atikum-Umã; Pankará; Pipipã; Kambiwá; Pankararu; Tuxá; Kapinawá; Fulni-ô; Xukuru.

É importante pontuar que existem casos de povos que não possuem

FOLHA DE S.PAULO

Ilustríssima
Conversa

Ailton Krenak: Tragédia Yanomami mostra que o clube da humanidade não é para todos. Disponível no podcast Ilustríssima Conversa, no Spotify.



territórios específicos passíveis de regularização e indígenas não aldeados que vivem em contextos urbanos. Por isso, é essencial ampliar o debate sobre os direitos dos povos originários e fortalecer espaços onde pessoas indígenas possam expressar suas demandas, de acordo com as realidades e necessidades específicas de cada comunidade.



ATIVIDADE SUGERIDA

1. Pedir que os estudantes escrevam uma carta em resposta a uma das *Cartas para o Bem Viver*, do livro (gratuito) de Suzane Lima Costa e Rafael Xucuru-Kariri.

<https://cartasindigenasaobrasil.com.br/livro/cartas-para-o-bem-viver/>



2. Junto com a turma, explorar o *Atlas do Pernambuco Indígena* para descobrir qual comunidade indígena está mais próxima da sua região. A partir daí, realizar uma pesquisa sobre essa etnia específica, sua língua, costumes, tradições, modos de vida, entre outros aspectos relevantes.

<https://cartasindigenasaobrasil.com.br/livro/cartas-para-o-bem-viver/>



6

Identidade e diversidade cultural



Chico Science & Nação
Zumbi – Maracatu
atômico
Disponível em: [https://
www.youtube.com/
watch?v=_G63uF288T4](https://www.youtube.com/watch?v=_G63uF288T4)

A identidade cultural de um grupo étnico se desenvolve à medida que ele interage e confronta outros grupos étnicos. Nesses encontros, os valores culturais e o sistema simbólico de cada grupo emergem como ferramentas fundamentais para a afir-

mação de sua própria identidade (Teodoro, 1987). O Brasil, pelo seu processo histórico de formação, possui uma cultura pluriétnica e, a partir da organização dos povos originários, tem buscado desenvolver políticas específicas de reconhecimento e valorização dessa diversidade cultural, reconhecendo a importância de promover o respeito e a inclusão das manifestações culturais presentes em seu território.

O Art. 215 da Constituição atribui ao Estado a responsabilidade de proteção das “manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Esse reconhecimento dos direitos culturais é importante não apenas para celebrar as diferenças, mas também para fortalecer laços de coesão social e promover a equidade entre os diferentes grupos étnicos e culturais que habitam o território nacional.

No caso de Pernambuco, além da diáspora africana e da significativa presença de distintas etnias indígenas, podemos destacar as influências da colonização portuguesa, da efêmera dominação holandesa (1630 a 1654) e da recente imigração nipônica como componentes essenciais que se entrelaçam para dar origem

a uma complexa tapeçaria de expressões e tradições culturais no estado.

Entretanto, para compreender o processo de construção das identidades culturais pernambucanas, devemos nos voltar inicialmente ao reconhecimento da história dos grupos indígenas e afro-brasileiros que exercem influência nas principais manifestações da cultura popular do estado. Tais manifestações surgem como criações coletivas, compartilhadas de geração a geração, principalmente pela oralidade, e sua proliferação relaciona-se, diretamente, com a resistência cultural de grupos étnicos, cujos membros historicamente possuem menos poder político e recursos econômicos (Guillen, 2008).

Exemplificando a riqueza da cultura popular pernambucana, destacam-se os blocos do carnaval do Recife, o frevo, o cavalo marinho, os grupos de afoxé, o maracatu, a ciranda, o toré, a literatura de cordel, a xilogravura, as bandas de pífanos, o xaxado, entre outras expressões. A diversidade cultural do estado manifesta-se também no cinema, na literatura, nas artes visuais, bem como na sua cena musical, que abrange desde o tradicional até o mais contemporâneo.

Canclini (2003) destaca uma crítica aos estudos folcloristas, os quais tendem a retratar os elementos da cultura popular com uma certa nostalgia, encarando-os como relíquias de um passado distante. Essa perspectiva, por vezes, sugere que a singularidade da cultura popular está intrinsecamente ligada à sua fidelidade ao passado rural, negligenciando assim as profundas transformações



ISSO É MASSA!

Luís da Câmara Cascudo escreveu um livro fenomenal sobre a nossa cultura alimentar. Essa obra foi adaptada para o audiovisual através de uma série documental intitulada *História da alimentação no Brasil*. Veja o teaser da série através do QR Code.

https://www.youtube.com/watch?v=gdSBYHh5s_g

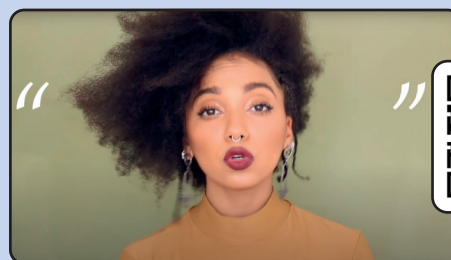
HISTÓRIA
da Alimentação
no BRASIL



VOCÊ SABIA?

A **apropriação cultural** é uma forma de transformar símbolos e produções culturais de outras culturas em mercadoria sem retorno efetivo aos povos que as originaram.

https://www.youtube.com/watch?v=8Q_H99xE9_U





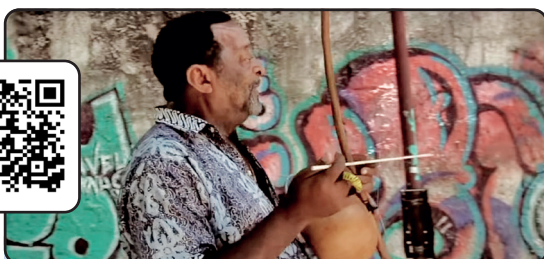
Conheça o ritual indígena toré.

<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/conheca-o-tore-ritual-de-diferentes-etnias-do-nordeste-do-pais>



Noite dos tambores silenciosos de Olinda.

<https://www.youtube.com/watch?v=yliPVTLazmE>



Documentário (curta): *Naná Vasconcelos*.

<https://www.youtube.com/watch?v=c74M2eowmS8>

provocadas pela industrialização e urbanização crescentes nas sociedades modernas.

Apesar dessas visões estáticas, a cultura popular mantém sua vitalidade e continua a ser moldada e reconfigurada de maneira coletiva e cotidiana. Por isso, uma análise da dinâmica das transformações culturais deve levar em consideração a agência dos indivíduos e seus grupos no processo criativo de construção da cultura. A diversidade dessas expressões culturais reflete não apenas a resistência histórica desses grupos, mas a riqueza do sistema simbólico e a criatividade que emerge das interações sociais.

Existe na cultura uma potência capaz de produzir e criar oportunidades de inserção social e política. A agência dos indivíduos e comunidades na criação e reprodução dessas expressões culturais não apenas reforça suas identidades coletivas, como também desafia as estruturas dominantes e reivindica espaços de reconhecimento e valorização dentro da sociedade.



ATIVIDADE SUGERIDA

Se houver recursos em sua escola, vocês poderiam organizar uma ida ao maracatu mais próximo a sua cidade ou ao centro histórico de Recife, visitando, por exemplo, o Paço do Frevo.

7

Sugestões de metodologias didáticas

“Exu matou um pássaro ontem com uma pedra que só jogou hoje”.
(Antigo ditado Yorubá)

7.1 Analisando o filme *Como era gostoso o meu francês*

Para orientar estudantes do ensino médio na análise sociológica da questão racial no filme *Como era gostoso o meu francês* (dirigido por Nelson Pereira dos Santos, em 1971, e influenciado pelo relato de Hans Staden em sua experiência entre os Tupinambás, no século XVI), pode-se propor um roteiro que incentive a reflexão crítica sobre as representações de raça, as relações interculturais e o contexto histórico retratado no filme. O longa, ambientado no Brasil do século XVI, oferece uma rica oportunidade para



Yaya Massemba - Virgínia Rodrigues.
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r-70cBxqHYE>



Informações sobre o filme:
<https://www.papodecinema.com.br/filmes/como-era-gostoso-o-meu-frances/>

discutir a construção social da raça, o colonialismo e suas implicações nas relações entre europeus, indígenas e africanos.

Roteiro de análise

Contextualização histórica:

- 1) Pesquise e discuta o contexto histórico do Brasil no século XVI, focando na chegada dos europeus, nas relações com os povos indígenas e na introdução da escravidão africana.
- 2) Reflita sobre como o filme retrata essas relações e se há anacronismos ou distorções históricas.

Representação dos povos indígenas:

- 1) Analise como os indígenas são retratados no filme. Eles são mostrados de maneira estereotipada ou como personagens complexos?
- 2) Discuta a representação da cultura indígena, língua, costumes e sua relação com os colonizadores.

Perspectiva colonial:

- 1) Observe como o filme apresenta a perspectiva dos colonizadores europeus em relação aos povos indígenas e africanos. Há sinais de etnocentrismo ou racismo?
- 2) Considere a escolha do título do filme e como ele reflete a visão dos colonizadores.

Relações de poder e resistência:

- 1) Identifique e discuta as dinâmicas de poder entre os personagens europeus, indígenas e africanos no filme.
- 2) Explore como o filme aborda temas de resistência e submissão entre esses grupos.



PARA SABER MAIS



Entre diversos materiais didáticos, o blog **Café com Sociologia** tem uma lista de filmes que podemos utilizar para trabalhar a temática étnico-racial.

<https://cafecomsociologia.com/questoes-etnicoraciais-sugestoes-de-filmes-sobre-a-tematica/>

Reflexão crítica:

- 1) Reflita sobre o impacto do colonialismo nas relações raciais retratadas no filme. Como essas relações do passado se conectam com questões raciais contemporâneas no Brasil?
- 2) Discuta a relevância do filme para entender a história e a construção social da raça no Brasil.

Conexões com o presente:

- 1) Faça conexões entre as representações do filme e a realidade atual dos povos indígenas e afro-brasileiros. Quais são os desafios atuais enfrentados por esses grupos?
- 2) Pense em como o filme pode contribuir para o debate sobre racismo, multiculturalismo e reconhecimento da diversidade cultural no Brasil atual.

7.2 Corrida do privilégio

Objetivo: Sensibilizar estudantes do Ensino Médio sobre desigualdades sociais, raciais e de gênero, utilizando a *Corrida do privilégio*.

Materiais: Espaço amplo, lista de afirmações, quadro para anotações.

Introdução

Breve explicação sobre privilégio social e o propósito da atividade.

Instruções

1. Alinhar os estudantes e explicar o procedimento: passos à frente ou atrás conforme as afirmações lidas.
2. Ler as afirmações adaptadas ao contexto local, permitindo que os alunos se movam conforme suas experiências.
3. Discussão: manter as posições finais e iniciar uma discussão sobre as observações e sentimentos durante a atividade. (Observação: destacar a importância da empatia e do respeito pelas diferentes vivências e fomentar a reflexividade acerca da relação entre experiência individual e estrutura social).

Avaliação: participação ativa e reflexão crítica durante a discussão.



Jogo do privilégio branco:
<https://www.youtube.com/watch?v=MuoE3IJZoZU>

Sugestões de afirmações a serem adaptadas à realidade local:

1. Se já se sentiu sozinho(a) ou acuado(a) por ser a única pessoa da sua cor em algum lugar, dê um passo atrás.
2. Se você acha que nunca perdeu uma chance de trabalho ou na escola só por ser menino ou menina, dê um passo à frente.
3. Se seu pai esteve presente e te ajudou a crescer, avance.
4. Se já ficou desconfortável ou chateado(a) com algo que falaram do seu jeito de ser, cabelo ou aparência, mas ficou com medo de responder, dê um passo atrás.
5. Se teve que trabalhar enquanto estudava para ajudar em casa, dê um passo atrás.
6. Se você anda tranquilo(a) pelas ruas do seu bairro, sem medo, dê um passo à frente.
7. Se o nome que as pessoas te chamam é o mesmo que está no seu RG, dê um passo à frente.
8. Se você acha que pessoas como você quase não aparecem na TV ou nos filmes, ou, aparecem em papéis secundários ou de subordinação, dê um passo atrás.
9. Se nunca te deram um apelido chato por causa da sua cor, raça ou de onde você vem, dê um passo à frente.
10. Se tinha muitos livros em casa quando você era criança, dê um passo à frente.

Avaliação: participação ativa e reflexão crítica durante a discussão.

7.3 Vozes da comunidade: mapeando experiências raciais em nossa escola

Nas obras *Educar pela pesquisa* e *Pesquisa: princípio científico e educativo*, Pedro Demo (2011a, 2011b) define a pesquisa como princípio educativo, para além da academia. Essa abordagem fomenta a participação ativa na construção do conhecimento, promovendo aprendizagem significativa, pensamento crítico e autonomia intelectual. Nessa proposta o/a docente assume o papel de orientador(a), criando um ambiente de investigação colaborativa entre alunos e educadores.

Objetivo geral:

Investigar e documentar as diversas experiências raciais dentro da **comunidade escolar**, destacando os aspectos positivos (como inclusão e representatividade) e os negativos (como discriminação e racismo), para promover um ambiente escolar mais inclusivo e consciente.

Objetivos específicos:

- Identificar e analisar as percepções e experiências de estudantes, professores e funcionários relacionadas à raça e ao racismo na escola.
- Mapear iniciativas e práticas existentes na escola que promovam a inclusão e a diversidade racial.
- Propor recomendações baseadas nas descobertas para melhorar a inclusão racial e combater o racismo na comunidade escolar.

Apresentação dos resultados:

- Elaboração de um relatório ou apresentação que sintetize as descobertas, incluindo citações diretas dos participantes (mantendo o anonimato) para ilustrar os pontos principais.
- Realização de um fórum ou seminário aberto a toda a comunidade escolar para discutir os resultados da pesquisa e efetuar uma escuta ativa coletiva.

Ações baseadas na pesquisa:

- Desenvolvimento de um plano de ação que inclua recomendações para a escola, com base nas descobertas da pesquisa, buscando o combate ao racismo.
- Proposição de iniciativas como *workshops*, palestras, formação de grupos de discussão e revisão do currículo escolar para incorporar mais conteúdos sobre diversidade racial e cultural.

Avaliação:

A avaliação da pesquisa será baseada na profundidade da investigação, na clareza da apresentação dos resultados e na viabilidade das recomendações propostas. O envolvimento ativo dos participantes e a reflexão crítica sobre o processo e os resultados também serão considerados.

7.4 Perfis em redes sociais que abordam questões étnico-raciais

A integração de conteúdos de ativistas indígenas e afrodiáspóricos nas redes sociais por professores da rede básica de ensino enriquece o ambiente educacional, atualizando e diversificando materiais e atividades com perspectivas contemporâneas. Essa prática promove uma educação inclusiva, combate o racismo e o preconceito, e fomenta um ambiente de aprendizagem empático, contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos, incentivando a análise crítica das narrativas dominantes, e empodera estudantes indígenas e afrodiáspóricos, valorizando sua herança cultural e fortalecendo sua autoestima e identidade cultural.



INSTAGRAM

APIB: @apiboficial
ANMIGA: @anmigaorg
Geni Núñez: @genipapos
Tukumã Pataxó: @tukuma_pataxo
Alice Pataxó: @alice_pataxo
Txai Suruí: @txaisurui
Samela Sateré-Mawé: @sam_sateremawe
Cristian Wariu: @cristianwariu
Lídia Guajajara: @lidiaguajajara
Trudruá Dorrico: @trudruadorrico
Priscila Tapajowara: @priscilatapajowara
Elison Santos: @indigena_memes
Bárbara Carine: @uma_intelectual_diferentona
Erika Hilton: @hilton_erika
Instituto Luiz Gama: @institutoluizgama
Rádio Yande: @radioyande
Giovanna Heliodoro: @transpreta
Nath Finanças: @nathfinancas
Kananda Eller: @deusacientista
Natália Romualdo: @pretasflix
Maristela Rosa: @papodepreta
Jade lobo: @jadealobo
Thiago Torres: @chavosodausp.02
Nátaly Nery: @natalyneri
ABECS: @abecs.nacional



PARA SABER MAIS

Indicações de Bases Teóricas

Sociedade Brasileira de Sociologia:

<https://sbsociologia.com.br/congressos/anais-de-congressos/>

Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (Abecs): <https://abecs.com.br/>

Café com Sociologia: <https://cafecomsociologia.com/>

Capas periódicos: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php>

Associação Brasileira de Antropologia (ABA): <https://portal.abant.org.br/anais-rbas/>

Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP): <https://cienciapolitica.org.br/web/>

Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/as (ABPN): <https://abpn.org.br/>

Associação dos povos indígenas do Brasil (APIB): <https://apiboficial.org/>

Considerações finais

Como educadores e educadoras comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, reconhecemos a escola como um espaço fundamental de transformação social. Entendemos que a educação possui o potencial de ser uma ferramenta poderosa na luta contra o racismo e na promoção da diversidade, da solidariedade e do respeito mútuo. Conscientes de que a escola tem sido historicamente um local de reprodução de desigualdades e preconceitos, reafirmamos o compromisso de transformá-la em um ambiente inclusivo, onde todas as pessoas, independentemente de sua origem étnico-racial, sintam-se valorizadas e respeitadas. Além disso, é fundamental que o ambiente educativo estimule o desenvolvimento das capacidades e potências humanas em cada indivíduo, proporcionando uma formação crítica e cidadã que favoreça o desenvolvimento da autonomia intelectual e o protagonismo na construção de trajetórias individuais e da História coletiva.

A integração da temática étnico-racial no currículo de Sociologia é uma oportunidade crucial para promover o entendimento, a empatia e o respeito pela diversidade. Abraçamos o desafio de “desnaturalizar” a vida social, ou seja, compreender que os fenômenos sociais são produtos do devir histórico, dinâmicos e mutáveis, para refletir sobre tais questões de forma consciente e

responsável. É preciso reconhecer e valorizar as contribuições de todos os grupos que compõem a sociedade brasileira. É preciso reconhecer e valorizar as contribuições de todos os grupos étnico-raciais que compõem a sociedade brasileira, o que implica em não perpetuar narrativas deterministas sobre grupos subalternizados, nem reforçar estereótipos prejudiciais.

Esta cartilha fornece aos professores e professoras recursos necessários para abordar a temática étnico-racial de maneira construtiva e significativa. E propõe uma reflexão coletiva que envolva discentes, docentes, familiares, funcionários e gestores, não apenas como parte do currículo de Sociologia, mas como um componente essencial de todos os espaços de construção de uma escola verdadeiramente democrática, onde todas as pessoas se sintam acolhidas, respeitadas e capacitadas a contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva e igualitária. Em prol de uma educação antirracista que promova a igualdade, o respeito e a dignidade de todas as pessoas.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. 2012.

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

BARRETO, P. C. da S.; RIOS, F.; NEVES, P. S. da C.; SANTOS, D. B. R. *A produção das ciências sociais sobre as relações raciais no Brasil entre 2012 e 2019*. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 94, 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Artigos 215 e 231. Brasília: Senado Federal, 1988

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CAMPOS, Y.; Krenak, A. *Lugares de origem*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. 3ª ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. São Paulo: Veneta, 2020. 136 p

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011a.

----- . *Pesquisa: Princípio científico e educativo*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

DORNELLES, Ederson Nadir Pires; VERONESE, Osmar. *A falta de representatividade indígena nos parlamentos brasileiros: A democracia representativa vigente deve ser (re)inventada?* Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, 2018.

DURKEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

GOMES, I.; FERREIRA, I. *Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste*. IBGE Notícias, 07 jun. 2023.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Revista Isis Internacional, Vol. IX, junho, 1988.

GUILIEN, Isabel Cristina Martins. *Tradições e traduções na cultura popular em Pernambuco: Entre a diversidade e a homogeneidade*. Cadernos de Estudos Sociais. Recife, 2008.

IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IPAM. *Imagens de satélite comprovam que terras indígenas são as áreas mais preservadas do Brasil nas últimas décadas*. 2021.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *No Brasil, todo mundo é índio*. 2006. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf. Acesso em: 03/02/2023.

TEODORO, Maria de Lourdes. *Identidade, cultura e educação*. Brasília: Universidade de Brasília Cad. Pesq. (63), 1987.

TOMASIELLO, D., Bazzo, J. P., Parga, J. P., Servo, L. e Pereira, R. H. M. (2023). *Desigualdades raciais e de renda no acesso à saúde nas cidades brasileiras. Texto para Discussão Ipea*, 2832. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Raquel Teixeira Lyra Lucena
Governadora do Estado

Priscila Krause Branco
Vice-Governadora

Ivaneide de Farias Dantas
Secretária de Educação e Esportes – SEE/PE

Tarcia Regina da Silva
Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação – SEDE

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

ISBN 978-65-85999-05-2



9 786585 999052

Secretaria Executiva
de Desenvolvimento
da Educação

Secretaria
de Educação
e Esportes



GOVERNO DE
**PER
NAM
BUCO**
ESTADO DE MUDANÇA

